

“CARTA DE PORTO ALEGRE”
DOCUMENTO RESULTANTE DO SEMINÁRIO TEMÁTICO DA SBPC
“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O BRASIL QUE QUEREMOS”

SBPC

ILEA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

Dia 6 de Junho de 2018

Porto Alegre, Brasil

1. A Missão da Universidade

Instituição do conhecimento e do saber, a universidade é fortemente associada à concepção de futuro, tanto pela reflexão crítica acerca do passado e do presente e a formação de jovens, quanto pela geração de conhecimento e de inovação.

Desta compreensão nasce a esperança que a sociedade projeta no fazer acadêmico. Reafirmamos o princípio basilar de que Educação Superior é bem público e dever do Estado, com os objetivos de formar professores, profissionais, pesquisadores e lideranças públicas e privadas.

Todo cidadão tem direito à Educação Superior de qualidade e acesso ao conhecimento, e é dever dos governos a manutenção da educação superior pública gratuita e com responsabilidade social e ambiental.

Torna-se importante reafirmar a missão universitária, articulando ensino, pesquisa, extensão e regionalização, todos ressignificados face à complexidade social e epistêmica atual. O avanço das tecnologias de informação e de comunicação impõe o desafio de dar nova organização ao conhecimento, sua produção, divulgação e apropriação.

Caberá ao professor assumir novo papel na condução do processo de ensino e aprendizagem. Há que incluir pessoas, comunidades e seus saberes, e disponibilizar para a sociedade os avanços do conhecimento e a inovação, tecnológica e social, produzidas; bem como resgatar o compromisso público estatal para com a universidade.

A qualidade acadêmica, a valorização dos docentes, a ampliação e regulamentação da autonomia universitária, a Democracia e o Estado de Direito são essenciais para a sociedade.

Educar-se, capacitar-se a partilhar da herança cultural, e a participar da vida política, não é apenas um direito, é também um dever dos cidadãos. Cabe ao Estado criar as condições para garantir o acesso ao sistema educacional, inclusive ao nível superior, que no Brasil, ao longo de sua história, tem sido elitista.

2. Defendemos de forma obstinada a Universidade Pública e Gratuita, que deve continuar a se expandir e promover ações afirmativas que possibilitem o acesso de grupos sociais até há pouco dela excluídos.

Para garantir a permanência desses alunos deve ser dada continuidade e ser ampliada a assistência aos estudantes cotistas. A Universidade Pública deve estar aberta a receber os estudantes de todos os segmentos sociais que compõem a sociedade brasileira, que é multiétnica, diversa e extremamente desigual.

3. Algumas propostas conjunturais são necessárias para buscar garantir este ideal universitário:

a. Enfatizar a necessidade de ser revogada a Emenda Constitucional 95, pois o congelamento do gasto público em educação, ciência e tecnologia obstaculiza o desenvolvimento da sociedade brasileira.

b. reafirmar o compromisso com a liberdade acadêmica – requisito indispensável para o avanço da ciência, das artes e do pensamento crítico –, com a ampliação do acesso ao ensino superior, com a expansão da inovação, tecnológica e social, e com a recuperação das bases adequadas de financiamento da Universidade, seriamente ameaçadas por medidas restritivas.

c. garantir a expansão dos programas de pós-graduação, em todas as regiões brasileiras;

d. promover internacionalização acadêmica com caráter regional e mundial;

e. aprofundar os compromissos da universidade com a sociedade e o ambiente natural, envolvendo os outros níveis de ensino, os grupos sociais em situações de vulnerabilidade e as ações acadêmicas integradas alinhadas aos objetivos da sustentabilidade;

f. conquistar plena autonomia institucional e promover boas práticas de governança;

g. rever a regulação da Educação Superior a Distância e avaliar a atual oferta visando garantir a qualidade da formação dos estudantes, bem como criar mecanismos que inibam a existência de oligopólios na oferta de educação superior. Ainda mais, viabilizar o crescimento da oferta pública de Educação Superior a Distância de qualidade através do programa Universidade Aberta do Brasil.

4. Queremos reafirmar nosso compromisso com os objetivos de expansão da Universidade Pública e Gratuita, nos seguintes termos:

- a. articular ensino, pesquisa e extensão seguindo o eixo da regionalização, pois sendo sensível às demandas da sociedade, o avanço acadêmico deve ter o vetor da regionalização incluindo características e necessidades regionais e locais;
- b. buscar qualidade acadêmica em todas as instâncias e criar cultura institucional de avaliação;
- c. garantir os meios institucionais para a Divulgação Científica, de modo a aumentar o conhecimento científico e tecnológico da sociedade brasileira, e assegurar os mecanismos institucionais de recursos educacionais e científicos abertos no contexto da sociedade brasileira;
- d. apoiar e promover o desenvolvimento de mediações entre a universidade e a sociedade, de forma a garantir a comunicação e a apropriação dos conhecimentos produzidos na universidade pelas coletividades e propiciar o debate público e informado sobre arte, ciência, tecnologia e inovação;
- e. manter a articulação com as sociedades científicas e os movimentos sociais para a defesa da Universidade Pública, a fim de contribuir para a promoção do desenvolvimento e do avanço científico, tecnológico e da inovação no Brasil.
- f. Enfatizar outro modo de produção de conhecimento, com base na perspectiva multidimensional, voltado para a complexidade e a interdisciplinaridade, e tendo como base a complementariedade entre pesquisa básica e aplicada.

5. Conclusão:

Neste momento de grave crise e incerteza política, consideramos que é indispensável garantir o Estado Democrático de Direito, conquistado após mais de vinte anos de regime ditatorial. É inaceitável qualquer retrocesso nos direitos individuais e sociais estabelecidos na Constituição e na legislação complementar, especialmente quando se leva em conta a dimensão das desigualdades existentes no Brasil. Os Direitos sociais são viabilizados por meio de políticas públicas. Dentre elas, uma das mais importantes é a de educação.

Reafirmamos o princípio de que a educação superior é bem público e dever do Estado. Deve haver o compromisso com o Plano Nacional de Educação e com a garantia de cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A Universidade brasileira tem como objetivo maior a construção da cidadania com vistas a alcançarmos outro patamar civilizatório mundial

O momento histórico de crises e de transformações da sociedade contemporânea traz a oportunidade de repensar a educação superior e o ideal universitário. Esta é justamente a força da universidade do futuro: a esperança e o compromisso pela construção de um mundo melhor para todos e todas.

Auditório do ILEA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

Dia 6 de Junho de 2018

Porto Alegre, Brasil.

Jornal da Ciência